

A questão das etapas da revolução brasileira

Alberto Passos Guimarães

Novos Rumos, 08 a 14 de julho de 1960

Página 03

Coloco-me entre os que pensam que a “Declaração” de março de 1958 e as “Teses para discussão”, de abril de 1960, representam um esforço sério e um grande passo à frente para a correta interpretação marxista-leninista do processo histórico e das particularidades concretas da sociedade brasileira.

O principal mérito destes dois documentos consiste, a meu ver, na utilização de métodos acertados para a investigação da realidade nacional e na valorização dos fatos históricos como fontes primárias das ideias e das conclusões acerca do programa, da tática e da prática política dos comunistas no curso atual da revolução brasileira.

Nesse sentido, os referidos documentos marcam uma ruptura com um longo passado de erros subjetivistas porque contribuem para superar um sem número de dogmas, de concepções históricas logicamente falsas, tais como a “estagnação do capitalismo”, o “atraso progressivo” da sociedade brasileira, a “colonização crescente” de nosso país e outras semelhantes, as quais formavam os componentes da política do “tanto pior melhor”, em que assentavam seus alicerces o manifesto de agosto de 1950 e o programa de 1954.

Rejeitando tais concepções falsas, a “Declaração” e as “Teses” partem da análise objetiva dos fatos para chegar a afirmações inteiramente contrárias e absolutamente indiscutíveis como as de que o capitalismo se desenvolve em nosso país, de que a sociedade brasileira progride e de que, com o desenvolvimento econômico e o progresso social, se fortalece a resistência à penetração do imperialismo.

É com base nestas afirmações, objetivamente exatas, que a “Declaração” e as “Teses” desmascaram o conteúdo “esquerdista” e anti-marxista de nossas posições anteriores expressas tanto no manifesto de agosto de 1950 como no programa de 1954, e denunciam o absurdo de se apresentarem como de ação imediata tarefas tais como a destruição do regime e a derrubada do governo.

Em vez disso, a “Declaração” e as “Teses” estabelecem, embora de forma pouco clara, que as mais imediatas transformações progressistas exigidas pela sociedade brasileira ainda podem, por algum tempo, realizar-se dentro dos quadros do

desenvolvimento do capitalismo. Isso não significa, de nenhum modo, negar a necessidade ou a inevitabilidade da passagem ao socialismo e da substituição do atual regime político por uma das formas da ditadura do proletariado, mas apenas significa reconhecer que não estão maduras, agora, no presente momento da vida brasileira, as condições indispensáveis para a luta imediata pelas transformações de caráter socialista.

Evidentemente, essas novas concepções, que constituem a medula da “Declaração” e das “Teses”, reduzem ao mínimo a área de sobrevivência do doutrinário, do dogmatismo e do charlatanismo de “esquerda”. Não haverá mais tantas oportunidades para o radicalismo pequeno-burguês, cuja principal manifestação consiste em negar a ideia de que uma revolução se processa através de uma sucessão de etapas, com objetivos e tarefas particulares a cada uma delas.

1 – Um problema por esclarecer.

Penso não ser desarrazoado afirmar que, nesta busca do caminho brasileiro para o socialismo, em que todos agora nos empenhamos, o problema mais complexo e o mais importante de todos os que resta esclarecer é o da delimitação das etapas da revolução.

Há pleno acordo entre nós, pelo menos entre a maioria dos que participam dos debates, em torno do caráter da revolução brasileira: a revolução brasileira é uma revolução antiimperialista e antifeudal. E concordar com isso significa, obviamente, aceitar que a dominação imperialista e a ação dos restos feudais são os principais entraves ao progresso da sociedade brasileira, ou, em outras palavras, significa reconhecer que a contradição com o imperialismo e a contradição com os restos feudais são as mais importantes.

Outra questão que parece já esclarecida e posta fora do terreno das controvérsias é a de que o inimigo principal – o mais poderoso, o mais agressivo – da revolução brasileira é o imperialismo norte-americano. Neste particular até surpreende, por sua inconseqüência, ver que certos camaradas, embora convencidos dessa verdade, ainda põem dúvidas sobre uma outra questão visceralmente ligada àquela – a de que a contradição com o imperialismo assume um papel dominante, preponderante sobre todas as demais.

Como explicar que se aceite que o inimigo principal da revolução brasileira seja o imperialismo norte-americano e se negue que a contradição com o imperialismo seja a

principal. Acaso poderia o inimigo principal ser o imperialismo norte-americano se a contradição principal fosse com os latifundiários? E, vice-versa, poderia o inimigo principal ser os latifundiários se a contradição principal é com o imperialismo?

Francamente, aceitar que o imperialismo norte-americano seja o inimigo principal da revolução brasileira e recusar admitir que a contradição com o imperialismo seja a principal ou dominante não tem explicação lógica.

Existe também outra questão ligada intimamente a essas acima citadas: a de determinar sobre quem ou sobre que força do inimigo deve ser dirigido o golpe principal. Apesar de haver circulado por muito tempo uma “teoria” pessoal de Stálin a respeito de que o golpe principal numa revolução deveria necessariamente ser desferido sobre os reformistas ou sobre as camadas intermediárias mais vacilantes – o absurdo desta “teoria”, que contribuía na melhor das hipóteses, para nos afastar de muitos de nossos aliados, já se acha claramente demonstrado, depois que os camaradas chineses a refutaram, apoiados na experiência de sua revolução.

Hoje nos parece a todos evidente que o golpe principal, no presente momento da revolução brasileira, deve ser desfechado sobre o inimigo principal. Se o inimigo principal da revolução brasileira é o imperialismo norte-americano, contra este é que deve ser dirigido o golpe principal.

Ter clareza sobre as cinco questões a que acima nos referimos – (1) o caráter da revolução brasileira, (2) as contradições mais importantes ou fundamentais, (3) a contradição principal ou dominantes, (4) o inimigo principal e (5) a direção do golpe principal – implica, logicamente, a conclusão de que uma sexta questão também se tornou clara e esta é a questão de encontrar, no encadeamento dos processos da revolução brasileira, o elo que arrasta todos os demais da corrente antiimperialista e antifeudal. Uma vez que já consideramos que a contradição principal é com o imperialismo, que o inimigo principal é o imperialismo norte-americano – pode haver dúvida de que o elo principal é o fatos nacional? Há quem possa hesitar em apontar o fator nacional ou a corrente nacional, a revolução nacional, como o fator preponderante, o mais dinâmico da revolução brasileira?

Note-se – e isto deve ser bastante repetido aos “esquerdistas” inveterados – que aqui falamos de um elo pertencente a um encadeamento de processos, de um fator inseparável dos demais fatores da corrente antiimperialista e antifeudal, pois é neste sentido que os clássicos utilizam a expressão. De nenhum modo poderemos falar de uma corrente nacional, de uma revolução nacional separada do movimento antifeudal,

do movimento democrático, mas de um fator nacional como preponderante mais dinâmico e, por isso, capaz de arrastar com ele todo o processo revolucionário e abrir caminho à realização das tarefas de toda a revolução brasileira, isto é, da revolução antiimperialista e antifeudal.

Aqui, exatamente aqui neste ponto de nossa seqüência de raciocínios, se coloca uma nova questão – a de determinar a ordem de grandeza e a ordem de sucessão, no espaço e no tempo, das tarefas correspondentes ao processo da revolução antiimperialista e antifeudal em nosso país; ou, em outras palavras, a questão da sucessão e da delimitação das etapas e da fixação das tarefas próprias, específicas de cada etapa.

E esta questão – a da sucessão e da delimitação das etapas – ainda está obscura para nós, não foi enfrentada e desenvolvida nem pela “Declaração” nem pelas “Teses”. Por isso, insisto em que, como já está dito linhas atrás, este é o problema mais complexo e o mais importante de todos os que resta esclarecer, se desejarmos palmilhar com segurança o caminho brasileiro para o socialismo.

Em torno de tão importante problema é que se situa a nossa área de atritos, e sem que o tornemos claro não poderemos estabelecer com firmeza a linha de demarcação entre as posições de “esquerda” e as de direita, entre as concepções subjetivistas, dogmáticas e a correta interpretação marxista-leninista dos fenômenos brasileiros.

Basta considerar que se se confundem as etapas e as tarefas a elas pertencentes, não se poderá estabelecer distinção, no conjunto do processo revolucionário antiimperialista e antifeudal, entre as fases evolutivas, de desenvolvimento gradual, que se realizam dentro de uma só etapa, e os “saltos” ou transformações radicais que marcam a passagem de uma para outra etapa; entre as simples mudanças na correlação de forças, que correspondem às fases de uma mesma etapa histórica, e as mudanças na correlação de classes (substituição de classes no poder) que correspondem à passagem a uma nova etapa histórica.

Estou absolutamente convencido de que a delimitação das etapas históricas no processo da revolução brasileira é o próximo passo a dar – e um passo decisivo – no sentido de uma correta compreensão do caminho brasileiro para o socialismo. Será necessário dizer que, se agora, estamos em condições de dar mais este passo para o domínio de uma estratégia e uma tática adequadas ao presente momento da revolução brasileira, devemos-os aos consideráveis progressos alcançados ultimamente na interpretação dos fenômenos peculiares ao nosso país com a “Declaração” de 1958 e as

“Teses” de 1960. Eis porque nossa atitude – refiro-me à atitude dos comunistas em geral – para com esses dois documentos não pode ser a de simples “oposição” ou de crítica negativa, mas uma atitude de crítica construtiva que reconheça os significativos avanços neles incorporados e parta dos aspectos e contribuições novas ali contidas para prosseguir no estudo da realidade brasileira e aprofundar sua interpretação.

Entretanto, assim não entendem os camaradas da oposição “esquerdista”, aos quais não preocupa a busca de novos elementos para a reformulação de nossos problemas programáticos e táticos, mas sim, principalmente, a conservação de velhas formulações, a volta às formulações velhas, que a prática da vida já não admite.

2 – Duas estratégias.

Se lermos com atenção os capítulos IV, V e VI das “Teses”, verificaremos que a questão das etapas da revolução já está ali esboçada de vez que um certo número de tarefas menos radicais podem ser realizadas por um governo nacionalista e democrático “conquistado pela frente única nos quadros do regime vigente”.(Tese 32), e outro grupo de tarefas mais radicais, deverão realizar-se “com um poder das forças antiimperialistas e antifeudais, sob a direção do proletariado” (Tese 35).

Não está dito textualmente nas “Teses”, mas subentende-se que o governo referido na Tese 32 corresponde a um tipo de poder qualitativamente diferente do poder referido na Tese 35. Enquanto, no primeiro, a burguesia tem um papel hegemônico, no segundo, a hegemonia é do proletariado; enquanto as tarefas do primeiro não vão além de “aplicar uma política externa de independência e defesa da paz, assegurar o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, dar início à reforma agrária, tomar medidas em favor do bem-estar das massas, garantir e ampliar as liberdades democráticas” (Tese 32), as tarefas do segundo consistem nas “transformações revolucionárias exigidas pelo desenvolvimento econômico e social de nossa Pátria.” (Tese 35).

Há nessa frase, sem dúvida, uma impropriedade de linguagem. Percebe-se que, com a expressão “transformações revolucionárias”, o redator quis dizer transformações qualitativas, pois não tem sentido que só as transformações do governo do segundo tipo sejam revolucionárias e não o sejam as transformações realizadas pelos governos do primeiro tipo.

Vem a propósito definir o que no Brasil podemos considerar e o que não podemos considerar transformações revolucionárias. O critério leninista é o de tomar como referência nesta controvérsia, a manutenção ou a destruição das bases da velha ordem de coisas, do ponto de vista do progresso econômico e social. Ao abordar o problema agrário na antiga Rússia, Lênin afirmou:

“O caminho reformista de criação de uma Rússia burguesa-junker pressupõe necessariamente a conservação das bases do velho regime de posse da terra e a lenta adaptação, dolorosa para as massas, de ditas bases ao capitalismo. O caminho revolucionário da destruição efetiva da velha ordem de coisas exige, de modo indefectível, como sua base econômica, a destruição de todas as velhas formas de posse da terra juntamente com todas as velhas instituições políticas da Rússia.”
(*“O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa”, capítulo final – Conclusão*).

No Brasil de nossos dias, o problema do caráter das transformações de nossa sociedade só pode ser equacionado nos termos em que Lênin o colocava.

Não há, nas presentes condições brasileiras, um curso apenas, um caminho apenas para o desenvolvimento do capitalismo, mas dois cursos, ou dois caminhos: o reformista e o revolucionário. O caminho reformista, seguido pela parte conciliadora da burguesia, é o da acomodação, da associação ou da subordinação ao imperialismo e aos restos do feudalismo. E o caminho revolucionário, apoiado pelo proletariado, é o da destruição do colonialismo e do pré-capitalismo.

Em relação às tarefas da revolução antiimperialista, podem considerar-se revolucionárias todas as transformações burguesas (sejam simples reformas ou mudanças profundas) que simultaneamente, resultem na destruição dos laços com o imperialismo e expressem um tipo de desenvolvimento independente, baseado no capitalismo de Estado e no capital privado nacional.

Em relação às tarefas da revolução antifeudal, podem considerar-se revolucionárias as transformações burguesas, sejam reformas ou mudanças radicais, que, simultaneamente, resultem na destruição dos laços com o feudalismo, na destruição das relações pré-capitalistas e expressem um tipo de desenvolvimento democrático, baseado no capitalismo de Estado e na propriedade camponesa.

Não pretendo negar a possibilidade de uma sucessão de governos na marcha para o socialismo no Brasil, nem tampouco negar a possibilidade que existe de passar-se de um para outro tipo de governo de modo pacífico. Não divirjo das “Teses” quanto a esses dois aspectos. Considero válida e aplicável à presente situação brasileira a

afirmação de Lênin de que a burguesia “atua nos começos de todo movimento nacional, como força hegemônica (dirigente) do mesmo” (“Sobre o Direito das Nações à Autodeterminação”, tópico 4), assim como considero válidas e aplicáveis à presente situação brasileira as idéias sobre a possibilidade do caminho pacífico aprovadas no XX Congresso do PCUS (“Problemas”, 73, págs. 40 e seguintes).

O que nas “Teses” me parece contraditório é que, se de um lado tomam todo o processo da revolução antiimperialista e antifeudal como uma etapa, de outro lado indicam tarefas correspondentes a dois tipos de poder político qualitativamente diferentes, um ainda sob a hegemonia da burguesia e outro sob hegemonia do proletariado.

Ora, o que distingue uma etapa histórica ou estratégica, de outra etapa histórica ou estratégica, senão a mudança do tipo de poder, a substituição de classes ou camadas no poder? Poderíamos considerar o poder das forças nacional-democráticas como da mesma qualidade das forças antiimperialistas e antifeudais, apresentando apenas diferenças de grau?

Acredito que a análise desenvolvida nas “Teses” na permite concluir que entre os dois tipos de poder haja apenas diferenças de grau, mas sim diferenças de qualidade.

Estamos, pois, em face de uma dupla estratégia – uma que se refere a um tipo de poder em que a burguesia ainda pode manter a sua força hegemônica e outro tipo de poder em que a hegemonia passou ao proletariado – e isso não pode ocorrer dentro de uma mesma etapa.

3 – Inevitável o período intermediário

Diga-se, de passagem, que o tipo de poder das forças antiimperialistas e antifeudais proposto como objetivo final nas “Teses”, não difere quanto ao seu conteúdo, do tipo de poder proposto como objetivo final no “Programa de 1954” (governo democrático-popular ou “ditadura das forças antifeudais e antiimperialistas”), a não ser pela precedência que é dada no último às forças antifeudais. Ambos pressupõem, no entanto, um traço essencial comum – a hegemonia do proletariado.

Essa semelhança quanto ao objetivo final da revolução antiimperialista e antifeudal não reduz em nada a importância do avanço dado pela “Declaração”, e depois pelas “Teses”, em relação ao “Programa de 1954” no que se refere ao reconhecimento da inevitabilidade de um período intermediário entre o “regime atual” e o regime a que

se deverá chegar após esse período intermediário, ou seja, o “poder das forças antiimperialistas e antifeudais”.

É precisamente esse período intermediário que ainda não está analisado com toda a indispensável minudência, a fim de que possamos divisar claramente a natureza, a profundidade e a extensão das mudanças que durante ele deverão verificar-se a partir do atual regime político até sua substituição por um novo regime.

Poderá, esse período intermediário, ser caracterizado como uma simples fase, no sentido de que nele não ocorrerão modificações qualitativas na composição do Estado? Ou deverá ser caracterizado como uma etapa, no sentido de que haverá uma recomposição do Estado, com a saída de uma e a entrada de outras classes e camadas sociais?

A resposta a essa pergunta exige que ampliemos e aprofundemos os nossos conhecimentos a respeito das seguintes questões: 1) quais as classes e camadas que participam atualmente do poder; 2) quais as classes ou camadas que na atual etapa ou num futuro imediato poderão ser desalojadas do poder; 3) quais as classes e camadas que, na atual etapa ou num futuro imediato, substituirão aquelas que serão desalojadas; 4) qual a classe que agora detém a hegemonia e qual a classe às mãos da qual passará, na atual etapa ou num futuro imediato, a hegemonia política.

Das quatro questões acima enunciadas, as “Teses” apenas apresentam resposta explícita para a primeira: “Atualmente o Estado brasileiro representa os interesses dos latifundiários, dos setores capitalistas ligados ao imperialismo (comerciantes e industriais associados a capitais monopolistas estrangeiros), particularmente o norte-americano, e também da burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional.” (Tese 18).

E por causa de sua omissão das demais questões, o que as “Teses” deixam subentendido, através de algumas de suas conclusões e da sua linha de raciocínio, é que em todo o processo da revolução antiimperialista e antifeudal (se aceitarmos que constituído de uma só etapa) só haverá um desenlace, no momento em que o poder passará das mãos dos “latifundiários, dos setores capitalistas ligados ao imperialismo, particularmente o norte-americano, e também da burguesia interessada no desenvolvimento da economia nacional” diretamente para as mãos das “forças antiimperialistas e antifeudais”.

Se assim for, o período intermediário, a que aludimos, ficará reduzido a um simples interregno, durante o qual nenhuma classe ou camada cederá o lugar a nenhuma

camada ou classe, embora possa haver um governo ou uma sucessão de governos com nuances políticas pouco demarcadas.

Serão estas as verdadeiras perspectivas a que nos conduzirão o atual estado de coisas e a situação concreta de nosso país?

Penso que não.

A própria análise objetiva da sociedade brasileira contida nas “Teses” apresenta elementos para concluirmos que, antes daquele desenlace, isto é, antes da passagem do poder das mãos dos latifundiários e seus comparsas para as das forças antiimperialistas e antifeudais, as condições estarão maduras para outras modificações na composição do Estado brasileiro.

Por isso, acredito que o período intermediário, que inevitavelmente se intercala ou já se intercalou entre o regime atual e o regime que no fim do processo lhe sucederá, constitui uma etapa histórica ou uma etapa estratégica da revolução brasileira, representada pela mudança no poder de determinadas classes ou camadas. O processo da revolução antiimperialista e antifeudal, segundo posso compreender, desdobra-se, por conseguinte, em duas etapas: a etapa nacional e democrática e a etapa democrático-popular.

4 – Objetivos e tarefas da 1ª etapa

Na primeira etapa, a etapa atual, existirá a possibilidade real de serem desalojados do poder as mais caducas forças do colonialismo e do pré-capitalismo, isto é, toda a classe de latifundiários feudais (embora ainda fiquem nele os latifundiários burgueses) toda a burguesia intermediária ligada ao imperialismo norte-americano (chame-se a esta burguesia compradora, capital comprador ou qualquer outro nome) levando de cambulhada os agentes entreguistas e testas-de-ferro do imperialismo norte-americano. Ao mesmo tempo existirá a possibilidade real de terem acesso ao poder do Estado a burguesia nacional como um todo, como classe, e vastos setores das classes médias, urbanas e rurais, inclusive a parte mais radical do campesinato e a intelectualidade mais radical. E com o seu acesso ao poder, a hegemonia política que a burguesia nacional ainda não detém, passará inteiramente às suas mãos.

Observem os leitores que nessa apreciação do objetivo estratégico da primeira etapa aparece uma idéia aparentemente nova – a de que os latifundiários no Brasil não constituem uma classe única, inteiriça e homogênea, mas que, ao contrário, estão

divididos em duas alas, classes ou camadas (a conceituação não importa para o caso) – os latifundiários feudais e os latifundiários burgueses.

Nas “Teses” tal distinção não é feita explicitamente. Entretanto, as pessoas que têm boa memória para as minúcias hão de lembrar-se que desde muito tempo o movimento comunista mundial trata os latifundiários como duas “classes”. Lênin, por ocasião da revolução russa de 1905 separava do conjunto dos latifundiários os “ultra-reacionários” e em abril de 1917 admitia a existência entre eles de uma profunda diferença, como se verá pelo trecho seguinte:

“O velho poder czarista que só representava um punhado de latifundiários feudais (...) foi destruído, varrido, mas não aniquilado. (...) O poder do Estado passou na Rússia às mãos de uma nova classe: a classe da burguesia e dos latifundiários aburguesados. Por conseguinte, a revolução democrático-burguesa, na Rússia, está terminada”

(“As tarefas do proletariado em nossa revolução”, abril de 1917).

Ponhamos de lado a questão formal de saber se as alas são classes ou camadas e nos fixemos no aspecto mais importante e que é o de saber se se justifica, na primeira etapa da revolução brasileira, o deslocamento, em primeiro lugar, dos latifundiários “ultra-reacionários” ou feudais.

Creio que isto se justifica, tanto pelas exigências de nossa prática política, baseada na experiência do movimento comunista mundial, quanto por motivos de método ou de princípio. Se o primeiro golpe da revolução brasileira é dirigido contra um setor isolado do campo do inimigo – o imperialismo norte-americano – não há razão para que a revolução democrática deixe de dirigir o primeiro golpe contra um setor isolado do campo do inimigo – os latifundiários ultra-reacionários ou feudais.

Adotar um método para a esfera da luta antiimperialista e outro método para a esfera da luta antifeudal da revolução brasileira só pode ser uma incoerência. Além disso, não podemos pretender que a revolução antifeudal situe no mesmo plano e ponha no mesmo pé de igualdade, para delinear sua direção estratégica, as forças decadentes do latifundismo feudal e as forças ainda ascendentes do latifundismo burguês.

Com a primeira etapa – a etapa nacional-democrática – “terminará” a revolução burguesa no Brasil, pois, como dizem os clássicos, é com a conquista do poder pela burguesia que “termina” a revolução burguesa.

Será preciso repetir toda a rica argumentação, utilizada durante anos e anos pelos teóricos marxistas mais eminentes, para demonstrar que o proletariado tem o máximo interesse em levar a revolução burguesa ao seu “último limite”, a fim de poder, mais facilmente, em seguida, passar a uma etapa mais avançada no caminho do socialismo?

Eu me dispensarei de fazê-lo neste pouco espaço que me sobra, e pedirei àqueles que ainda alimentem dúvidas a respeito que as dissipem com a leitura dos textos de Lênin.

O fato de que, na primeira etapa, realizada ainda dentro dos quadros do capitalismo, a burguesia ascenderá ao poder, e de que será nele a força hegemônica, não significa que o possa fazer sozinha, sem o apoio de um forte movimento nacional e democrático de massas, sem o apoio da frente única das forças nacionais e democráticas de que participam as correntes populares mais ativas, e dentro da qual o proletariado, através dos comunistas, lutará para elevar cada vez mais sua influência, num crescente esforço para conquistar para si a hegemonia do movimento.

O fato de que a primeira etapa, a etapa atual da revolução antiimperialista e antifeudal, tenha no Brasil o caráter de uma revolução nacional e democrática (e não apenas o de uma revolução nacional) explica-se como uma decorrência da presente correlação de forças interna e externa, como conseqüência dos enormes progressos alcançados pelo campo socialistas e pela frente mundial contra o capital monopolista.

Por essa razão, e também porque a burguesia brasileira já não terá forças para conquistar sozinha o poder e para realizar sozinha as tarefas da revolução nacional, se não contar com o apoio de um forte movimento democrático, é que a delimitação das etapas, nas condições brasileiras atuais, não se pode estabelecer em moldes semelhantes aos de há 20 ou 30 anos, quando se considerava que a revolução nas colônias e países dependentes se realizaria em duas etapas: a primeira – a etapa nacional – e a segunda – a etapa agrária.

Assim, não tem mais validade para a nossa época a caracterização feita por Stalin (“Sobre o problema da China”, 1928) das duas etapas – nacional, a primeira, e agrária, a segunda – da revolução chinesa e da revolução turca.

Uma das condições imprescindíveis para o êxito do movimento (burguês) de emancipação nacional do Brasil é que a ele se unam as forças populares sob a influência do proletariado e que, ao lado das tarefas do movimento antiimperialista sejam também colocadas na ordem do dia as tarefas (iniciais) do movimento antifeudal.

Mesmo naqueles países onde o movimento camponês se encontra atrasado, como é o caso do nosso país, o movimento de emancipação nacional, em sua primeira etapa, já se entrelaça com o movimento antifeudal e democrático, isto é, com a “etapa agrária”, incluindo necessariamente, reivindicações de caráter democráticos já maduras.

Sob este aspecto, a etapa nacional-democrática é uma etapa mais avançada do que a etapa nacional a que se refere Stalin; em outras palavras, a etapa nacional-democrática propõe-se a realização de tarefas historicamente mais progressistas do que aquelas pertencentes à revolução nacional “pura” (veja-se para o desenvolvimento deste raciocínio as idéias sobre o novo conteúdo democrático do atual movimento comunista mundial antiimperialistas expostas no manual “Fundamentos do marxismo-leninismo” e resumidas em “Problemas da paz e do socialismo”, número 10, de 1959, assim como o artigo de Kuusinen publicado no número 4, de 1960, da mesma revista).

As tarefas principais da primeira etapa consistirão em (a) impulsionar a revolução nacional até deter a penetração e retomar certas posições do imperialismo, e particularmente do imperialismo norte-americano; e (b) em impulsionar a revolução agrária, com a realização de reformas iniciais que possibilitem a imediata melhoria da situação dos assalariados agrícolas, a extinção de muitas das formas medievais de trabalho, a elevação do nível de vida dos camponeses e, em suma, resultem na formação e intensificação de um poderoso movimento camponês, na acumulação de forças capazes de impor tão breve quanto possível, as transformações radicais da estrutura agrária.

5 – Objetivos e tarefas da 2ª etapa.

Naturalmente se transferirão à segunda etapa, à etapa democrático-popular (etapa de transição para o socialismo ou que outro título lhe seja dado), muitas das tarefas antiimperialistas e antifeudais não cumpridas durante a primeira etapa. E não se exclui a hipótese de que, uma vez criadas as condições para a radicalização de certos movimentos, sejam cumpridas ainda na primeira etapa uma ou várias tarefas previstas para a segunda etapa. Com isto se torna claro que as etapas não devem ser consideradas compartimentos estanques, separadas uma da outra por uma muralha intransponível. Também se torna evidente que às etapas não se deve associar a idéias de tempo, pois uma etapa poderá se realizar num prazo maior ou menor, de certo imprevisível, segundo o decidam a realidade concreta, as causas objetivas e as forças políticas em ação.

Se, na primeira etapa o objetivo fundamental (estratégico) é o deslocamento do poder da classe dos latifundiários feudais, da burguesia intermediária ligada ao imperialismo norte-americano, dos testas-de-ferro e demais entreguistas – na segunda etapa, o objetivo fundamental (estratégico) será o deslocamento do poder da classe dos latifundiários burgueses, dos grande capitalistas vinculados ao imperialismo norte-americano e de todas as camadas e setores mais reacionários.

Se a primeira etapa pode realizar-se com a burguesia nacional à frente do movimento e do governo, a segunda etapa só poderá realizar-se depois que o proletariado tenha conquistado, no curso das lutas pelas reivindicações nacionais e democráticas, a hegemonia do movimento e possa ascender ao governo ao lado de seus aliados, temporários e permanentes, notadamente em estrita aliança com os camponeses.

Se na primeira etapa, a tarefa principal do movimento de emancipação nacional não irá além de deter a penetração e retomar posições do imperialismo, particularmente do imperialismo norte-americano, na segunda etapa a tarefa principal daquele movimento será a completa emancipação econômica e política do país e a extinção do domínio dos monopólios estrangeiros.

Se, na primeira etapa, a tarefa principal do movimento democrático não passara da realização de uma reforma agrária inicial (ainda não camponesa) que varra os vestígios mais caducos do escravismo e do feudalismo, na segunda etapa, a tarefa principal será a instituição de uma reforma agrária radical camponesa, que transforme por completo a estrutura agrária.

Assim como no curso da primeira etapa, poderá haver fases táticas diversas, com modificações de grau na composição dos governos de caráter nacional e democrático que nos aproximam do “último limite” da revolução burguesa, assim também, no curso da segunda etapa, poderá haver fases táticas diversas e sucessivas com modificações diversas na composição do governo, à medida que vá crescendo o peso específico dos operários e seus aliados naturais e permanentes no seio das forças antiimperialistas e antifeudais.

As modificações na composição dos governos da primeira etapa nos aproximam da passagem para a etapa seguinte e as modificações na composição dos governos da segunda etapa nos conduzirão ao nosso ulterior objetivo histórico – a vitória do socialismo.

As três frentes da luta de classes no campo brasileiro (I)

Alberto Passos Guimarães
Novos Rumos, 22 a 28 de julho de 1960

Página 10.

Um dos muitos méritos da “Declaração” e das “Teses” consiste em abrir novos horizontes à formulação da política dos comunistas no campo. Ao colocarem no devido lugar a contradição imperialista, ressaltando sua predominância sobre as demais contradições, inclusive sobre a contradição com os restos feudais, aqueles documentos possibilitaram uma compreensão nova, mais ampla e mais profunda, de nosso problema agrário.

O fato de aceitar-se como predominante a contradição imperialista e de admitir-se como principal inimigo de nosso povo o imperialismo norte-americano implica, logicamente, reconhecer o papel primordial que aquela contradição desempenha em todos os aspectos da revolução brasileira. Por conseguinte, implica reconhecer que a opressão imperialista sobre a nação é mais forte do que a opressão feudal.

E se tal conclusão é verdadeira para toda a nação e para todo o povo, é evidentemente verdadeira para nossa população rural, e em particular para os camponeses.

A contradição com o imperialismo – e com o imperialismo norte-americano muito especialmente – não é nem pode ser uma contradição apenas com a parte urbana da sociedade, mas com o seu conjunto; não pode ser uma contradição apenas com um setor da economia, mas com a economia brasileira em seu conjunto. E, por isso, não é nem pode ser uma contradição dominante apenas para a indústria e não dominante ou subordinada para a agricultura.

Não raciocinam exatamente nestes termos – segundo me parece – alguns companheiros da oposição “esquerdista”, os quais, embora se mostrem indignados contra a suposta “separação mecânica” que as “Teses” teriam feito das duas contradições fundamentais tratam, eles próprios, o problema agrário à parte dos demais problemas. E, ao assim procederem, fazem de fato uma separação mecânica entre as duas contradições, raciocinando em termos tais que dão a entender que, no campo, a contradição principal é com os restos feudais (e os latifundiários) e não com o imperialismo. Para eles, segundo pude compreender, a contradição com o imperialismo

deixaria ali de atuar ou, na melhor das hipóteses, perderia sua condição principal e passaria à de subordinada.

Essa incompreensão do caráter dominante (em geral, para todos os aspectos) da contradição imperialista apresenta-se com maior evidência no artigo de Nestor Vera (NOVOS RUMOS, nº 66) onde a luta de classes no campo brasileiro aparece reduzida a apenas duas frentes: a frente dos camponeses contra os restos feudais e a frente dos assalariados ou operários agrícolas contra o patronato rural.

Como se explica que estes companheiros tão “exigentes” a respeito de um problema importante como de fato é a aliança operário-camponesa, subestimem e mesmo abandonem a luta contra o imperialismo no campo? Não é a luta contra o imperialismo no campo o fator mais relevante, o fator principal, na presente etapa, para a mobilização de TODO o povo e, conseqüentemente, para a formação da aliança operário-camponesa?

Essa subestimação só se explica pelas dificuldades que têm os companheiros da oposição “esquerdista” em se livrarem do subjetivismo, do dogmatismo e do sectarismo.

A opressão imperialista no campo

Dissemos que a opressão imperialista é mais forte, também no campo, do que a opressão feudal. Será verdadeira esta afirmação?

Pensamos que é verdadeira. E se não o fosse, não seriam também completamente verdadeiras as suas premissas: a de que a contradição dominante é com o imperialismo e a de que o imperialismo norte-americano é o inimigo principal de todo o povo brasileiro.

A verdade desta afirmação pode demonstrar-se, em primeiro lugar, pelo fato objetivo, bastante óbvio, de que a espoliação imperialista é a causa histórica mais longínqua e determinante do atraso semifeudal de nossa agricultura, atraso que decorre, fundamentalmente, da evasão de parte substancial da renda nacional para as metrópoles, durante toda a nossa história.

Pode demonstrar-se essa verdade, em segundo lugar, com o fato de que uma parcela considerável da renda nacional que se evade, e que representa o tributo de nossa dependência aos monopólios estrangeiros, não é paga pelos latifundiários, mas sim, é por estes extorquida a custa de uma intensificação ao mais alto grau da exploração semifeudal da massa camponesa.

Em terceiro lugar, pode esta verdade demonstrar-se pelo fato de recaírem sobre a massa trabalhadora do campo, mais do que sobre qualquer outra camada do povo, os ônus resultantes quer da pressão direta dos monopólios estrangeiros, em particular dos norte-americanos – para o aviltamento dos preços dos produtos primários, que da pressão direta e indireta desses mesmos monopólios sobre o conjunto da economia nacional.

A teoria e o método da luta de classes

Afirmava Lênin, com absoluta propriedade, que o livre desenvolvimento da luta de classes no campo “é o ponto fundamental e central da teoria do marxismo revolucionário na questão agrária” (O Programa Agrário da Social-Democracia Russa, cap.V).

Este ponto não é só uma pré-condição indispensável para o esclarecimento da questão agrária, como principalmente é o método adequado para levar às suas ulteriores conseqüências a revolução agrária antifeudal no Brasil. A luta de classes constitui, pois, o fio condutor através do qual poderemos chegar tanto à compreensão teórica dos nossos problemas agrários, quanto às soluções práticas desses mesmos problemas.

Disponde desse método, deveremos saber utiliza-lo para abrir caminho ao emaranhado de contradições em que se entrelaçam as velhas e as novas relações econômicas e sociais de nosso quadro rural, é a realização do objetivo fundamental da revolução agrária que é a abolição do monopólio da terra.

Nesse sentido, a primeira questão a elucidar, se desejarmos ter perspectivas claras sobre nossa linha programática e tática no campo, é a questão das formas através das quais deve desenvolver-se, o mais livremente possível, a luta de classes no seio do movimento agrário no Brasil.

Lênin, em um de seus trabalhos sobre a questão agrária na Rússia czarista, escreveu: “Duas formas essenciais da luta de classe se entrelaçam hoje no campo russo: 1º a luta do campesinato contra os proprietários agrários privilegiados e contra os vestígios de servidão; 2º a luta do proletariado rural nascente contra a burguesia rural” (Projeto de Programa do Nosso Partido, 1899).

Poderíamos aplicar à situação brasileira atual essa mesma caracterização que se ajustava à antiga Rússia?

Acho que não. Quero acreditar que, nas condições atuais do nosso país, as formas essenciais da luta de classe no campo são três e não duas, como as que correspondiam à situação da revolução agrária da Rússia czarista.

Cometeríamos um grave equívoco se pretendêssemos transplantar esquematicamente para a situação em vigor em nosso país aquela caracterização de Lênin, a qual se aplicava às bastantes diversas condições russas de outra época. . Mesmo que nos dois países fossem semelhantes todas as demais condições, bastaria considerar uma condição básica – a de ser nosso país, ainda hoje, um país dependente do imperialismo, enquanto que a Rússia de antes de 1917 era um país imperialista.

Precisamente por isso, não existem no Brasil atual apenas duas, mas três formas essenciais da luta de classes: 1º a luta de todo o campesinato contra as várias modalidades da opressão e da espoliação imperialista; 2º a luta do campesinato contra as sobrevivências do pré-capitalismo e contra os latifundiários; e 3º a luta dos assalariados e semi-assalariados rurais contra os patrões, grandes proprietários de terra.

Essas três formas essenciais da luta de classe no campo brasileiro não se acham separadas entre si, mas sim entrelaçadas, como acentuava Lênin; e embora sejam três frentes diversas, com aspectos peculiares e específicos, são partes integrantes e inseparáveis do processo da revolução agrária no Brasil.

Assim, a luta de todo o campesinato contra o imperialismo é também uma luta contra as sobrevivências pré-capitalistas e pela melhoria da situação dos assalariados. A luta do campesinato contra as sobrevivências do pré-capitalismo é, ao mesmo tempo, uma luta para fortalecer o movimento antiimperialista e o movimento reivindicatório dos assalariados rurais. A luta dos assalariados e semi-assalariados contra os patrões grandes proprietários de terras prepara as condições para a unidade da classe operária e para a aliança com o campesinato, resultando no fortalecimento da luta antiimperialista e antifeudal.

As transformações burguesas e as forças motrizes.

Com a teoria da luta de classes, o marxismo, como é sabido, enriqueceu o conhecimento humano, incorporando-lhe uma concepção verdadeiramente científica acerca do desenvolvimento das sociedades. A essência desta teoria reside na descoberta da lei fundamental do desenvolvimento da sociedade humana, do elemento dinâmico que aciona o progresso social e esse elemento dinâmico é a luta das classes em ascensão

contra as classes em decadência. A luta de classes representa, portanto, a força que move a roda da história, o motor do desenvolvimento histórico.

Se não levarmos em conta essa concepção científica não penetraremos no âmago do problema agrário e teremos dele tão somente uma visão estática, um quadro meramente fenomenológico, como os que nos são apresentados pela sociologia vulgar.

Ensina-se a teoria da luta de classes que é preciso partir das classes novas, em ascensão, que aparecem em determinado momento da história da sociedade humana, para seguir o fio condutor que nos levará a descobrir as leis gerais e particulares do desenvolvimento social.

Deste modo, na sociedade brasileira, a fim de podermos escolher acertadamente nossas posições programáticas e táticas, será necessário partir das aspirações, dos interesses e das perspectivas históricas das classes novas em ascensão, isto é, do proletariado, dos camponeses e da intelectualidade, as quais constituem as forças motrizes da revolução brasileira.

Entretanto, as condições objetivas e a situação concreta do Brasil de nossos dias impõem-nos uma condição essencial e preliminar, sem a qual essas classes novas em ascensão não poderão desenvolver-se livremente e abrir caminho para o progresso da sociedade brasileira. Essa condição essencial e preliminar, cujo caráter presente independe de nossa vontade e de nossa ação, é a realização das transformações progressistas de caráter burguês ou, o que quer dizer a mesma coisa, o desenvolvimento do capitalismo.

A esse respeito também é oportuno invocar o pensamento leninista. Respondendo àqueles que ontem, como ainda hoje, levantavam dúvidas e faziam objeções à libertação do desenvolvimento burguês no campo russo. Lênin esclarecia:

“O proletariado distingue-se precisamente das outras classes oprimidas pela burguesia e opostas a esta última, por basear suas esperanças não sobre uma interrupção do desenvolvimento burguês, não sobre o enfraquecimento ou a atenuação da luta de classes, mas ao contrário sobre seu desenvolvimento mais completo e mais livre, sobre a aceleração do progresso burguês. Numa sociedade capitalista em desenvolvimento **é impossível** (grifado no original, APG) suprimir os vestígios da servidão que entravam o progresso, sem reforçar e consolidar com isso a burguesia.” (O Programa Agrário da Social-Democracia Russa, cap. V).

Lênin afirmava, também, que “o proletariado não defende todas as medidas que aceleram o progresso burguês mas somente aquelas que contribuem diretamente para reforçar as capacidades da luta da classe operária e em favor de sua libertação.”

Isto quer dizer que o proletariado não somente deve como pode intervir no sentido de um determinado tipo ou curso de desenvolvimento capitalista. E se tal coisa era possível à época de Lênin, na Rússia czarista, muito mais o é hoje, nas condições atuais do Brasil e do mundo.

Prestemos bem atenção ao fato de que se, por um lado, independe de nossa vontade o caráter atual, objetivo, das transformações progressistas em nosso país (que só podem ter caráter burguês), por outro lado, o tipo ou curso dessas transformações pode ser modificado segundo a ação política das forças motrizes da revolução, isto é, do proletariado e seus aliados.

Por assim entender o problema, Lênin estabelecia clara distinção entre o caráter burguês, objetivo, das transformações progressistas realizadas em determinada situação e o caráter não burguês, e portanto socialista, da ação de suas forças motrizes:

“Burguês por seu conteúdo econômico e social, - escreveu Lênin - o movimento de libertação não o é por suas forças motrizes. Não é a burguesia que pode ser sua força motriz, mas o proletariado e o campesinato. Por que isso é possível? Porque o proletariado e o campesinato, mais ainda do que a burguesia, sofrem as sobrevivências da servidão e sentem necessidade mais premente de conquistar a liberdade e quebrar o jugo dos senhores de terra.” (A Questão Agrária e as Forças da Revolução, abril de 1907).

O caminho reformista e o caminho revolucionário

Dois são os cursos ou caminhos possíveis do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro: um, revolucionário, outro, reformista.

Qual é, deste dois, o tipo ou curso do desenvolvimento capitalista no campo que o proletariado deve apoiar?

O proletariado e as forças mais progressistas da sociedade brasileira devem apoiar as transformações burguesas no campo, que resultem na destruição dos laços com o feudalismo, que resultem na destruição das formas pré-capitalistas, e expressem um desenvolvimento democrático apoiado no capitalismo de estado e na propriedade camponesa.

Este é o curso revolucionário do desenvolvimento do capitalismo no campo, o qual se opõe ao curso reformista que consiste nas transformações burguesas que se realizam sem alterar as bases do antigo regime.

As transformações burguesas de conteúdo revolucionário podem ser realizadas, e o tem sido no Brasil, quer de forma violenta, quer de forma pacífica, sem ou quase sem violências.

E nosso passado não muito distante, quando no seio da sociedade brasileira se desenvolvia a luta de classes entre senhores e escravos, e mais amplamente, entre os que apoiavam a oligarquia escravocrata e os que apoiavam o movimento abolicionista, esta luta terminou, após numerosos levantes de escravos, com a vitória pacífica dos abolicionistas. Essa foi uma transformação burguesa de extraordinária importância histórica que se inclui entre as que podemos considerar de conteúdo revolucionário, pois mesmo conservando o monopólio da terra, destruiu as bases do antigo regime escravista e abriu caminho a novas relações econômicas e sócias no campo.

Exemplos recentes de transformações burguesas de conteúdo revolucionário, e obtidas por meios pacíficos, mediante “reformas”, igualmente não são raras. Entre estas podem ser citadas várias das lutas vitoriosas dos posseiros pela validação de títulos de propriedade.

A expropriação do Engenho de Galiléia, em Pernambuco, alcançada depois de uma série de lutas a que não faltou a violência da polícia, é outro exemplo de “reforma” que teve um desfecho pacífico. As transformações realizadas, com a divisão de um latifúndio semifeudal entre camponeses, têm caráter burguês e, por seu conteúdo, por sua essência, podem classificar-se entre as transformações evolucionárias. Apesar de realizada mediante uma “reforma”, um ato do governo, a expropriação não teve conteúdo reformista, não se fez para conservar as velhas de produção existentes; desse ato resultou uma mudança na estrutura da propriedade que, de um latifúndio semi-feudal, se transformou num certo número de propriedades camponesas, e resultou, também, numa mudança do regime de trabalho, pois os antigos camponeses semi-feudais se tornaram camponeses burgueses.

Detenhamo-nos neste acontecimento para extrair dele outras conclusões. Poder-se-á argumentar que a expropriação do Engenho Galiléia constitui apenas um caso isolado e que não poderá repetir-se em elevada escala, por diversos motivos. Mas também se poderá argumentar que esse caso só é um caso isolado devido ao grau ainda incipiente da luta de classes no campo e que, com o desenvolvimento dessa luta e com o fortalecimento do ainda atrasado movimento camponês aumentarão as possibilidades de expropriações.

O importante é verificarmos que expropriações semelhantes não eram comuns antes e nem sequer aconteciam. E essa, da Galiléia, já denota um grau mais elevado do que o anterior da luta de classes no campo.

Que forças, que classes se puseram à frente dessa luta e a conduziram até a vitória? As classes em decadência ou as classes em ascensão? Não parece evidente que, em face do conteúdo revolucionário das transformações realizadas, embora ainda constituam um caminho isolado, tais transformações obedeceram a princípios justos e foram uma consequência de um determinado impulso dado acertadamente pelas forças motrizes da revolução brasileira?

Agora analisemos o fato de outros pontos de vista.

Parece-nos claro que se a propriedade expropriada pertencesse à Standard Brands, à Anderson Clayton ou a qualquer outra empresa norte-americana, a luta não teria chegado a bom termo senão em outras condições. Seria, seguramente necessário, para lograr êxito, nesse caso, que não apenas a forma antifeudal da luta de classes no campo atingisse um nível mais alto, mas também que já estivesse igualmente em nível alto a forma antiimperialista da luta de classes no campo. Isso também serve para demonstrar – creio eu – como inegavelmente é mais forte a contradição com o imperialismo do que a contradição com o feudalismo, também no que se refere ao movimento agrário.

Outro aspecto a considerar-se e a comparar-se é o da forma pacífica que predominou no caso do Engenho Galiléia. Se tivesse predominado a violência, teria sido idêntico o conteúdo revolucionário das transformações realizadas. Mas, teria a luta logrado êxito? Neste sentido particular, não seria a forma violenta uma forma inadequada e capaz de lavar ao fracasso o objetivo visado?

Então é preciso concluir, embora isso desgoste profundamente aos “esquerdistas” em geral e em especial aos “esquerdistas” da oposição, que ao menos em determinadas condições a forma pacífica é mais vantajosa e mais eficaz, do ponto de vista da prática revolucionária, que a forma violenta. Isso também serve para demonstrar que existe, hoje, a possibilidade real de transformações pacíficas, mesmo no campo, e apesar de todas as conhecidas debilidades de nosso movimento camponês. Agora essa possibilidade existe ainda como exceção, mas amanhã, segundo todas as probabilidades indicam, poderá existir como regra.

É também importante notar que a violência não basta para testemunhar o conteúdo revolucionário das transformações burguesas. Muitas das transformações burguesas realizadas por meios violentos têm cunho reformista, pois representam uma conciliação com as formas de domínio correspondentes a regimes historicamente superadas. Os latifundiários, como atesta nossa história, muito freqüentemente se tem

servido da violência contra a massa camponesa para impor o seu curso – o curso reformista – às transformações burguesas. A evolução do latifundismo feudal para o latifundismo burguês, principalmente na agricultura cafeeira, foi em muitos casos realizada violentamente, sendo que a iniciativa da violência coube à classe opressora, aos latifundiários.

Indubitavelmente, as transformações burguesas de conteúdo revolucionário obtidas por meios não violentos constituem uma, entre outras, das comprovações práticas da tese, da possibilidade real de um caminho pacífico para a revolução brasileira. De fato, se as forças motrizes da revolução, dentro da ampla frente nacional democrática, conseguirem transformar os exemplos isolados de nossa história na regra de conduta da luta de classes no campo, isto é, se conseguirem multiplicar por toda parte as reformas (pacíficas) de conteúdo revolucionário que importem na destruição das bases do feudalismo, no desenvolvimento da propriedade camponesa e das relações agrárias do tipo capitalista – eis aí, em toda sua perspectiva, o caminho pacífico levado à prática pelas massas do campo.

É evidente que esse caminho encontra sérios obstáculos pela frente e que sua escolha não depende da decisão apenas da massa camponesa, mas da resistência cada vez mais desesperada que a classe espoliadora decadente possa oferecer à ação do movimento democrático. Entretanto, o fato de que a iniciativa da violência passe às mãos dos inimigos do povo terá transcendental importância como fator político favorável à mobilização das massas populares e ao desenvolvimento da revolução.

* * *

Por tudo isso se verifica que apesar das múltiplas faces com que o problema agrário se configura, nas complexas condições brasileiras, suas soluções sempre estarão relacionadas, de uma ou de outra maneira, sob um ou outro aspecto, com o desenvolvimento da luta de classes. Portanto, se quisermos aplicar um método acertado para descobrir o caminho brasileiro para a revolução agrária antifeudal, não nos resta outra alternativa senão a de tomar como ponto de partida o estudo das particularidades concretas de cada uma das três frentes da luta de classes no campo brasileiro. É o que tentaremos fazer a seguir, no próximo artigo.

As três frentes da luta de classes no campo brasileiro

(II)

Alberto Passos Guimarães

Novos Rumos, 29 de julho a 04 de agosto de 1960.

Página 09.

Afirmam as “Teses” que o “movimento camponês se ressentia de grande atraso e é muito baixo o seu nível de organização”(tópico 30). Isso equivale a afirmar que a luta de classes no campo ainda não pôde desenvolver-se livremente, não pôde adquirir ainda um “caráter aberto e consciente”, para usar uma expressão de Lênin.

É justa essa afirmação das “Teses”?

Creio que é justa.

Os comunistas brasileiros passaram muitos anos enganando-se a si mesmos com uma perspectiva exagerada da revolução agrária. Partindo de premissas certas como as de que havia forte semelhança entre a situação de miséria e opressão feudal em nosso país e a de vários países asiáticos e do Leste Europeu, tiravam conclusões erradas sobre uma inexistente analogia entre o grau de maturidade do movimento camponês aqui e o de outras partes do mundo.

Como comparar, por exemplo, o grau de desenvolvimento da luta de classes no campo do Brasil, país de campesinato muito recente, com o daqueles países onde o campesinato tem uma experiência milenar? Pode haver grande analogia entre movimento camponês no Brasil, onde os levantes camponeses se contam nos dedos, e o movimento camponês na Rússia czarista, onde até 1905 tinha havido mais de 2000 levantes camponeses de importância? Pode haver grande analogia entre o nosso e o movimento camponês no ocidente da Europa, onde por séculos perduraram as guerras camponesas? Pode o nosso movimento camponês ser comparado com o da China, onde as revoltas contra a classe dos latifundiários começaram com a dinastia dos Chin, no ano 221 antes de Cristo, foram-se repetindo séculos afora, passando pela revolta dos Tai-Ping, no século passado, pela revolução agrária de 1928-1937, até culminar com a vitória de 1949?

Não é verdade que a mais radical transformação ocorrida no campo brasileiro – a abolição da escravatura – resultou, fundamentalmente, de um movimento impulsionado e dirigido pela pequena burguesia urbana?

Tudo isso não nos leva a negar, absolutamente, a existência da luta de classes no campo, o que seria uma conclusão absurda. Leva-nos, porém, a afirmar que,

indiscutivelmente, a luta de classes ainda não adquiriu um “caráter aberto e consciente”, ainda não atingiu um elevado grau de desenvolvimento e que o movimento camponês no Brasil está atrasado, não só em comparação com o movimento camponês de outros países, como também em relação ao movimento democrático geral, dentro de nosso próprio país.

Portanto, para formular os problemas da revolução agrária no Brasil, é preciso levar em conta essa situação específica.

Em virtude dessa situação específica, as “Teses” estabelecem que se deve “atribuir uma atenção primordial aos assalariados e semi-assalariados agrícolas”, os quais, também pelo fato de se acharem menos dispersos e mais concentrados do que em geral a massa camponesa, “são mais suscetíveis de organizar-se” e “podem constituir as bases iniciais para a mobilização das massas camponesas”.

As “Teses” oferecem, deste modo, uma contribuição nova para a tática de mobilização das massas do campo, em inteira correspondência com a situação concreta de nosso país e com a linha política em vigor.

A experiência nos mostrou o erro grosseiro de nossa antiga linha “esquerdista”, ao pretender começar por meios artificiais uma imaginária “revolução” no campo, com a imposição de práticas aventureiras e desesperadas, completamente desligadas da realidade.

Só os subjetivistas mais empedernidos poderiam abrigar em suas cabeças a idéia de que seria possível improvisar uma revolução despachando para o campo quatro ou cinco dezenas de pessoas dedicadas, com a missão de “levantar os camponeses...”

Se aqueles companheiros, deformados pelo subjetivismo, se dessem ao trabalho de pensar, acabariam por perceber que há no Brasil onze milhões de trabalhadores rurais, distribuídos por dois milhões de estabelecimentos agrícolas. Quantas pessoas seriam necessárias para ir ao campo e “levantar os camponeses?” Quinhentas mil? Cem mil? Ou “apenas” dez mil?

A frente dos assalariados e semi-assalariados

Assim como seria um sonho fantástico “levantar” os operários mandando “missionários” às nossas 100 mil fábricas, não é um sonho ainda mais fantástico “levantar” os camponeses mandando emissários a 2 milhões de estabelecimentos rurais?

Afastando-se dessas delirantes fantasias as “Teses” apontam a maneira certa de atingir em larga escala as massas do campo através dos assalariados e semi-assalariados agrícolas, organizando-os por meios legais em suas associações de classe, despertando-os para a luta por seus direitos e reivindicações, elevando o grau de consciência de sua luta de classe.

Portanto, do ponto de vista da construção da aliança operário-camponesa, a frente da luta de classe dos assalariados e semi-assalariados agrícolas (que muito freqüentemente aliam à condição de assalariados a condição de camponeses) tem especial preponderância sobre as demais. Por intermédio dessa frente será possível montar as correias de transmissão que irão ligar o proletariado e o movimento democrático das cidades aos camponeses e ao movimento democrático do campo.

Como se compõem e como se distribuem as forças de classe nessa frente?

Não participo da convicção do companheiro Caio Prado Júnior, de que os assalariados estão em absoluta superioridade no campo e de que as formas assalariadas já estão predominando de modo incontestável em todos os setores da produção agrícola.

Uma leitura mais atente dos resultados do último recenseamento nos mostrará o contrário. De acordo com o Censo de 1950, havia nos dois milhões de estabelecimentos agropecuários 11 milhões de trabalhadores, dos quais cerca de 2 milhões de pessoas eram as responsáveis pela gestão daqueles estabelecimentos (proprietários e arrendatários à frente da exploração, administradores, etc.); cerca de 4 milhões de pessoas constituíam os membros não remunerados das famílias dos responsáveis, isto é, menores e mulheres em sua maioria, que trabalham ajudando os chefes da família sem receberem remuneração direta nenhuma; 2,7 milhões eram “empregados” dos estabelecimentos; e 1,3 milhões eram “parceiros”.

Desde logo é preciso observar que o Censo excluiu da contagem os “moradores”, “agregados”, etc., que são pessoas, segundo o Censo, que se “caracterizam pelo fato de prestar serviços remunerados em dinheiro ou em espécie, com o direito de utilizar, em proveito próprio, terras do estabelecimento”. Estas pessoas, segundo o critério marxista-leninista são camponeses feudais, sem terra, que prestam serviços pessoais. Não se sabendo quanto eles representam no conjunto, os resultados censitários tendem a exagerar o caráter capitalista de nossa mão-de-obra rural, pois omitem uma parte desta que se inclui no contingente de trabalhadores sujeitos a formas pré-capitalistas de trabalho.

Mas isso não é tudo. A própria conceituação de “empregado”, adotada no Censo, mistura os assalariados propriamente ditos (pessoas que trabalham mediante remuneração em dinheiro) com as pessoas remuneradas com parte em dinheiro e parte em produtos que percebiam a maior parte em dinheiro. Assim, um meeiro que trabalhasse todo o ano como meeiro e na época do Censo estivesse, temporariamente, contratado para receber uma parte maior em dinheiro, foi considerado “empregado”. É possível, pois, que o número de “empregados” apresentado no Censo esteja acima da realidade da época, e que o de “parceiros”, juntamente com o de “moradores”, superasse, de fato, o número de assalariados propriamente ditos.

Essas são hipóteses irredutíveis, embora nada se possa afirmar com segurança a respeito. De qualquer modo, a prudência nos aconselha a não exagerar o caráter capitalista de nossa mão-de-obra rural, tanto mais que, mesmo que fossem todos os 3,7 milhões de “empregados” compostos de assalariados, na sua forma capitalista, esse número, ainda assim, seria inferior à soma dos trabalhadores membros de família (4 milhões) e dos “parceiros” (1,3 milhões), ou sejam, 5,3 milhões de pessoas que se dedicavam a prestar trabalho pessoal, pré-capitalista por sua natureza, sem remuneração direta em dinheiro.

Também os “parceiros” do Censo não são parceiros no sentido capitalista, mas sim “meeiros” semifeudais, pois se trata de pessoas que não têm autonomia econômica, estão subordinadas à administração do estabelecimento, e se enquadram no conceito marxista de renda-produto. Os parceiros autônomos, de natureza capitalista, foram pelo recenseamento considerados no grupo “responsável e membros não remunerados da família”, como está dito na Introdução ao volume do Censo Agrícola.

Disso se pode tirar as seguintes conclusões: 1º) o número de assalariados agrícolas não é superior ao de trabalhadores agrícolas que fazem, nos moldes pré-capitalistas, prestação pessoal de serviços, muitos deles gratuitamente; 2º) dos 3,7 milhões de “empregados”, encontrados pelo Censo, não se pode dizer quantos são os assalariados, (que recebem em dinheiro) e os semi-assalariados (que recebem parte em dinheiro e parte em produtos).

Evidentemente, essas conclusões não nos impedem de reconhecer que, com o desenvolvimento capitalista no campo, o número de assalariados tende a crescer e que as formas assalariadas tendem a se despojar de seus traços feudais, à medida que tenha curso livre a luta de classe do proletariado rural. Entretanto, esses aspectos, não podem passar despercebidos a todos quantos tenham de formar uma idéia exata da situação

concreta no campo, sem cair em exageros, quer a respeito do predomínio das formas capitalistas de trabalho, quer a respeito do papel ainda decisivo das formas pré-capitalistas de trabalho.

Por isso, a organização em sindicatos da massa de assalariados, ainda em número não muito grande, e ainda em estado de pré-consciência quanto seu papel de classe, é uma tarefa difícil que não depende apenas da dedicação e do valor pessoal dos quadros comunistas, mas, principalmente, do apoio do movimento democrático, da cidade e do campo, em favor da extensão, ao meio rural, dos direitos consagrados na legislação trabalhista.

A frente contra o latifúndio

A frente do campesinato contra os restos do feudalismo e o latifúndio é mais numerosa, mais ampla e mais complexa que a frente dos assalariados e semi-assalariados. Ela abrange em primeiro lugar, o enorme contingente do campesinato pré-capitalista, semifeudal, que inclui os trabalhadores rurais da categoria renda-trabalho (“moradores”, “agregados” e todos os que realizam prestação de serviço pessoal gratuito ou semi-gratuito), os trabalhadores rurais da categoria renda-produto (meeiros dos diferentes tipos e os considerados pelo recenseamento como “parceiros”) e os trabalhadores rurais da categoria renda-dinheiro (“rendeiros”, “foreiros” e arrendatários não-autônomos ou semi-autônomos como, por exemplo, muitos “arrendatários” do arroz, do algodão, etc. cujas formas de arrendamento, em muitos casos pagos em espécie ou em serviços, não podem considerar-se ainda formas de renda capitalista). Abrange também o campesinato de formação burguesa, isto é, todos os que possuem o domínio ou a posse da terra (proprietários, arrendatários capitalistas, ocupantes ou posseiros).

Os limites da propriedade camponesa poderiam, talvez, estabelecer-se no Brasil, na ordem de 50 hectares, que é a linha divisória até onde o trabalho produtivo da terra repousa sobre a mão-de-obra familiar, a qual no conjunto das explorações até 50 hectares é mais numerosa do que a mão-de-obra assalariada. Ter-se-ia, ainda, uma subdivisão desse conceito : os camponeses pobres (com terra), até aproximadamente os limites de 20 hectares, os quais nunca ou quase nunca admitem mão-de-obra assalariada para o trabalho agrícola, e os camponeses médios (com terra) que trabalham suas terras,

na maioria das vezes com mão-de-obra assalariada – estes nos limites de 20 a 50 hectares.

Nos estabelecimentos acima de 50 hectares e até 500 hectares, estaria, possivelmente, dentro das condições brasileiras, o campesinato rico ou a exploração agrícola de caráter capitalista. Estes utilizam regularmente, mão-de-obra assalariada e empregam processos de produção a nível técnico mais elevado.

A propriedade latifundiária (do tipo feudal e do tipo aburguesado) estaria, no Brasil, na falta de estabelecimentos de área superior a 500 hectares. Aí a proporção da terra explorada por conta do proprietário territorial é insignificante e a parte inexplorada pelo proprietário da terra, que ocupa extensões imensas, ou é cedida sob diferentes categorias de renda, desde as formas pré-capitalistas (renda-trabalho, renda-produto e renda-dinheiro), até as formas capitalistas (arrendamento do tipo mais moderno, com pagamento em dinheiro e inteira autonomia do produtor); ou permanece sem nenhuma utilização.

Na frente da luta de classe contra os restos do feudalismo e contra o latifundismo, alinham-se, de um lado, uma enorme massa de milhões de camponeses semifeudais e camponeses pequeno-burgueses e burgueses, massa esta de composição heterogênea, mas ligada entre si por interesses comuns quando se trata de varrer os restos pré-capitalistas, de libertar-se da coação do monopólio latifundiário e de desenvolver as relações de tipo capitalista que importem em melhorar suas condições de vida. De outro lado, há não mais de 70 mil latifundiários, semifeudais uns, semicapitalistas outros, os quais concentram em suas mãos 144 milhões de hectares de terra, isto é, uma minoria que representa apenas 3,5% do total de estabelecimentos rurais e que detém mais de 60% da área agrícola.

A frente contra o imperialismo

A terceira frente ou terceira forma de luta de classe no campo é ainda mais ampla do que as duas primeiras e baseia-se nas aspirações nacionais a romper os laços de dependência com os monopólios estrangeiros, laços que tornam a opressão feudal ainda mais dolorosa para as massas do campo.

A agricultura semifeudal do Brasil não é uma agricultura semifeudal qualquer: tem uma peculiaridade histórica que a distingue da que existia, por exemplo, nos países

imperialistas como a Rússia czarista ou o Japão dos começos deste século. Esta peculiaridade histórica é o caráter dependente, semicolonial de nossa economia agrária.

Por isso, ao investigarmos as condições da agricultura brasileira, não podemos menosprezar o fato de que ela é uma agricultura semifeudal de um tipo peculiar, baseada na monocultura de exportação, implantada e ainda mantida sob determinadas condições e determinadas limitações impostas segundo os interesses de grupos econômicos estrangeiros.

Os vínculos semicoloniais de nossa agricultura semifeudal não constituem uma abstração, mas sim, têm existência material e pertencem a uma categoria econômica ainda muito pouco estudada em nosso país. Esta categoria econômica é o sistema do capital comprador.

O sistema do capital comprador é o conjunto de relações econômicas que atua, quer na produção, quer na distribuição dos produtos destinados ao mercado exterior. Para que as relações econômicas de tal natureza tenham existência material, elas exigem uma rede de empresas e de agentes cuja função, em última análise, é extrair, por processos extorsivos de coação econômica e extraeconômica, inclusive pelos processos da acumulação primitiva, a maior parte possível da mais-valia e do produto dos camponeses trabalhadores.

Existe em nosso país essa rede de empresas e de agentes do imperialismo?

A nossa realidade mostra que essa rede existe. Nela podemos incluir os monopólios da moagem do trigo (Bung Born, etc.), os frigoríficos (Armour, Anglo, etc.), os compradores e exportadores de fumo (Souza Cruz, etc.), os compradores e exportadores de algodão, amendoim, etc. (Sanbra, Anderson Clayton, etc.), os compradores e exportadores de café (Standard Brands, American Coffee, etc.). Mas o sistema comprador também abrange agentes internos, empresas formalmente nacionais que agem por conta dos monopólios estrangeiros.

Se fizermos um rápido exame retrospectivo de nossa economia agrária, verificaremos que essa rede se estendia, até bem pouco, a um outro produto que liderou por muito tempo nossas exportações – o açúcar. Quando a distribuição deste produto passou, fundamentalmente, do mercado externo para o mercado interno, o sistema do capital comprador, no que se refere à economia açucareira, foi eliminado.

Tal acontecimento – que a muitos parece de menor importância – teve grande significação nas transformações operadas na economia açucareira, e contribuiu decisivamente para abrir caminho a uma série de reformas burguesas, as quais

encontraram sua expressão legal no estatuto da lavoura canavieira (regulamentação das relações entre produtores de cana e usineiros, entre trabalhadores do campo e fabricantes de açúcar, limitação da renda da terra, eliminação nos contratos de trabalho de algumas formas de prestação pessoal, etc.).

Dir-se-á que essas transformações, muitas das quais não tiveram cunho revolucionário, mas cunho reformista, resultaram numa piora da situação da massa dos camponeses, o que é uma verdade. Mas, só os idealistas, os economistas românticos e os populistas podem ignorar que a penetração do capitalismo no campo, principalmente pela via do reformismo, da conciliação com o feudalismo, cria mercado interno à custa da miséria da população rural trabalhadora. Os marxistas não podem ignorar esse imperativo histórico.

Em muitas áreas rurais brasileiras, o sistema do capital comprador (empresas, agentes diretos e indiretos dos monopólios imperialistas, principalmente, norteamericanos) exercem sobre os camponeses uma opressão maior do que a exercida pelos latifundiários. Em outras áreas, o sistema associa, combina e entrelaça de tal modo os interesses do capital comprador com os interesses dos latifundiários que não será possível separar-se fisicamente uns dos outros.

Todos esses aspectos peculiares de nossa agricultura semifeudal fazem convergir nossas atenções para a frente principal da luta no campo, que é a frente antiimperialista.

E, embora aqui não tenham sido examinados senão alguns desses aspectos e haja a respeito ainda muito a dizer, a pesquisar e a concluir, já nos é possível avaliar sua importância e medir a gravidade da subestimação do fator nacional no campo.

Entre as tarefas específicas compreendidas na esfera da luta antiimperialista no campo, podem ser lembradas as seguintes: a) luta contra o aviltamento dos preços, nos mercados mundiais, dos nossos produtos de exportação; b) luta contra os contratos draconianos e todas as demais formas usurárias e espoliadoras de compra de produtos agropecuários; c) luta contra as condições monopolísticas de compra e venda de produtos agrícolas ou de produtos fornecidos à agricultura, por parte de empresas estrangeiras e seus agentes; d) luta pela nacionalização do comércio exterior.

Uma falsificação e vários erros crassos na questão das etapas.

Alberto Passos Guimarães

Novos Rumos, 05 a 11 de agosto de 1960.

Página 05.

Verifico, pelo artigo de autoria do companheiro Jacob Gorender (*Uma teoria direitista das etapas da revolução*), publicado em NOVOS RUMOS, nº 73, que nossas divergências não se limitam à interpretação da realidade brasileira e do pensamento leninista. Divergimos também quanto à maneira por que nos devemos conduzir em nossas polêmicas.

Entre muitas e muitas outras coisas, aprendemos com os clássicos do marxismo o modo correto de debater os problemas controversos quer no terreno da teoria, quer no terreno da prática revolucionária. E o melhor que aprendemos sobre a arte de polemizar com dignidade é não recorrer nunca ao golpe proibido de desfigurar as opiniões do contendor para tornar mais fáceis os próprios argumentos.

Foi isso que o companheiro Jacob Gorender não soube evitar e me deu motivo para que eu diga que seu artigo não é um exemplo de correção, pois ele me atribui malevolamente a afirmativa de que “o proletariado deveria postergar a luta pela hegemonia para a segunda etapa, resignando-se, na primeira, a simplesmente apoiar a burguesia”. E não satisfeito com isso afirma textualmente que eu proponho que “o proletariado e as demais forças revolucionárias se alijem a si mesmos, conformando-se com a manutenção *indefinida do status quo*” (Grifado por JG).

Desafio o companheiro Gorender a provar que tenha lido em meu artigo, ou sequer ouvido de mim, afirmações desse gênero. E não aceito que responda com floreios de sofista, servindo-se como outras pessoas a quem Gorender combate, com palavras de acomodação, como os praticamente isso ou praticamente aquilo”.

Para poder me comprometer com inverdades que eu não proferi nem dei a entender que proferia, Gorender mutila o meu pensamento e faz vista grossa, completamente, sobre dois trechos do meu artigo (“A questão das etapas da Revolução Brasileira”. NOVOS RUMOS, nº71): o primeiro em que escrevo que “as etapas não devem ser consideradas compartimentos estanques, separadas uma da outra por uma muralha intransponível”; e o segundo em que digo com todas as letras que na primeira etapa e dentro da frente única das forças nacionais e democráticas “O PROLETARIADO, ATRAVÉS DOS COMUNISTAS, LUTARÁ PARA ELEVAR

CADA VEZ MAIS SUA INFLUÊNCIA, NUM CRESENTE ESFORÇO PARA CONQUISTAR PARA SI A HEGEMONIA DO MOVIMENTO”.

Não preciso acrescentar mais nada – e deixo ao leitor tirar suas conclusões – para comprovar a falsificação do meu pensamento por obra e graça do companheiro Jacob Gorender.

É fácil, assim, fabricar “direitistas” a torto e a direito, pôr em alguém que está em divergência conosco o estigma de herético. Essa prática, de que usaram e abusaram os subjetivistas e dogmáticos, está sendo alijada de nossas fileiras e hoje já não há mais possibilidade de revivê-la. Por minha parte, cansei de fornecer carteira de “antidireitista” a bons moços que não tinham outras ambições senão copiar os livros e impor esquemas irreais aos incautos.

Uma ou duas estratégias?

O principal objetivo do meu artigo foi chamar a atenção para a duplicidade de posições introduzidas nas “Teses” (duas estratégias numa só etapa) e tornar evidente que se não for claramente delimitada a passagem do governo nacionalista e democrático “conquistado pela frente única nos marcos do regime vigente” (Tese 32) (governo que para mim corresponde a uma etapa histórica ou estratégica) para o “poder das forças antiimperialistas e antifeudais, sob a direção do proletariado” (Tese 33) (que para mim corresponde a outra etapa histórica e estratégica), não será possível ter clareza e segurança sobre a linha programática e tática que os comunistas brasileiros devem seguir para trilhar o caminho do socialismo.

Disse mais: que as “Teses” esboçam o problema das duas etapas mas não o enfrentam e desenvolvem, deixando subentendido quem no governo referido na tese 32, a burguesia tem o papel hegemônico, enquanto no governo referido na tese 33 está expresso que o papel hegemônico cabe ao proletariado.

Equivoquei-me em algum destes raciocínios?

Penso que não; e o próprio companheiro Jacob Gorender nada disse que me possa contradizer.

É verdade ou não é verdade que as “Teses” apresentam esses dois governos, que esses dois governos são qualitativamente diferentes, que o primeiro é conquistado nos marcos do regime vigente e que o segundo é alcançado com um poder dirigido pelo

proletariado? É verdade ou não é verdade que isto significa reconhecer a existência de duas etapas da revolução brasileira?

Entretanto, as “Teses” tratam, contraditoriamente, dos objetivos e tarefas pertencentes a estes dois tipos de poder como se somente existisse uma só etapa: “a revolução brasileira, na atual etapa, é antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática (tese 22), etc. etc”.

Há ou não há uma contradição nisso?

Penso que há; e o companheiro Gorender nada disse que pudesse convencer a mim ou a quem quer que seja do contrário.

Quando eu afirmei, em meu citado artigo, que na primeira etapa “realizada ainda dentro dos quadros do capitalismo, a burguesia ascenderá ao poder” e “que será nele a força hegemônica” não acrescentei nada às “Teses” nem modifiquei o que delas se depreende, pois é absolutamente incontestável que um governo nacionalista e democrático “conquistado pela frente única nos marcos do regime vigente” (regime capitalista, entendo eu, APG), como está na tese 32, só pode ser um governo burguês, em que a burguesia é a força hegemônica. Por que então o companheiro Gorender faz desabar sobre mim céus e terras, descobre uma suposta “teoria direitista”, e me acusa de “postergar” a luta do proletariado pela sua hegemonia? Sou eu que estou contra as “Teses” ou está contra as “Teses” o companheiro Gorender?

Duas ou uma estratégia?

O companheiro Gorender tem também a sua “teoria” das etapas e apresenta-a: “Lutamos – diz ele – para que a primeira etapa culmine num poder das forças antiimperialistas e antifeudais, sob a direção do proletariado. Já na segunda etapa teremos a ditadura do proletariado, sob uma forma que, por hora, é muito difícil prever”.

É uma “teoria” pouco sábia, infelizmente, pois admite que a ditadura do proletariado da segunda etapa “é muito difícil prever”. Quanto a mim, penso que não é só “difícil” prever aquela ditadura do proletariado, com também é impossível prevê-la, pela razão muito simples de que o poder das forças antiimperialistas e antifeudais, sob a direção do proletariado JÁ É UMA FORMA da ditadura do proletariado. Por conseguinte, no esquema de Gorender, as duas etapas se reduzem numa só etapa.

Será que o companheiro Jacob Gorender ignora que um pode, seja qual for sua composição, que esteja sob a direção do proletariado é, em sua essência, uma ditadura do proletariado?

Deixo que esta pergunta ele mesmo responda.

Nenhuma estratégia?

Gorender começa por incorrer em lamentável confusão ao citar o conceito clássico de etapa revolucionária “segunda o qual cada etapa deve se caracterizar por transformações qualitativas na base econômica (substituição de velhas relações de produção por outras novas) e na natureza de classe do poder político (substituição de classes no poder)”, conceito que se aplica, no sentido largo, no sentido histórico, e ao querer aplicá-lo à política prática.

Esse conceito clássico, *lato sensu*, abrangendo as mudanças na base econômica e na superestrutura, é de fato, o conceito que devem usar os historiadores, posteriormente aos acontecimentos, para periodizar as grandes transformações no caráter das sociedades, como por exemplo, a grande divisão entre etapa democrática e etapa socialista, etc.

Mas, em política prática, o conceito utilizado para periodizar de antemão, para determinar a previsão estratégica, para delimitar as etapas históricas ou estratégicas, é o conceito *stricto sensu* de mudanças na superestrutura, de mudanças nas instituições políticas, na composição de classe do poder, mudanças que são a condição política preliminar para as ulteriores transformações na base econômica, nas relações de produção.

Além disso, considerar a periodização dos acontecimentos, a delimitação das etapas como tarefa UNICAMENTE dos historiadores é, com efeito, uma estranha opinião. Neste caso, que papel estaria reservado à estratégia política? Que seria da definição leninista de política como “arte”?

De uma penada, Gorender manda às favas, como trapo inútil, a arte da estratégia política. “Periodizar, de antemão, uma etapa da revolução é praticamente impossível, embora, a curto prazo, seja possível fazer previsões aproximadas”.

Está visto que Jacob Gorender não é a pessoa indicada para opinar sobre a necessidade de esclarecermos a questão das etapas da revolução brasileira.

O teste da revolução nacional

Em seu torneio de doutrinário, Gorender escapa do problema central colocado por meu artigo, que é o de definir o período intermediário, ou seja, a etapa atual que estamos vivendo e que é, queiram ou não queiram os radicalistas da extrema ou da meia “esquerda”, uma etapa que corresponde a um período anterior ao da forma inicial da ditadura do proletariado, isto é, anterior, à forma do “poder das forças antiimperialistas e antifeudais”.

Esse período intermediário liga-se particularmente à revolução nacional, que é o calcanhar de Aquiles de todos os subjetivistas e doutrinários. Se quisermos descobrir quem está à direita ou à esquerda da linha programática e tática da “Declaração” e das “Teses” bastará usar a pergunta sobre como encara o problema da revolução nacional. A revolução nacional é o teste, o papel tornesol que identificará quem está vertendo “esquerdismo” ou direitismo. O direitista falará de uma revolução nacional “tout court”, de uma revolução que não irá além da emancipação burguesa do caminho imperialista (coisa hoje impossível sem o apoio do movimento democrático, em que se inclui o proletariado, como disse eu em meu artigo); o “esquerdista” dará de ombros e não emprestará nenhuma importância à evolução nacional.

Como responderá a esta pergunta o companheiro Jacob Gorender? A que ele reduz a revolução nacional?

“Depois de atenta análise, não cabe senão uma resposta: a uma etapa que pode ser tudo, menos revolucionária, porque nenhuma transformação qualitativa nela ocorrerá.”

O companheiro Gorender fez essa afirmação depois de “atente análise” do trecho em que eu sustento que “na primeira etapa, o objetivo fundamental (estratégico) é o deslocamento do poder da classe dos latifundiários feudais, da burguesia intermediária ligada ao imperialismo norte-americano, dos testas-de-ferro e mais entreguistas...” Fê-la, portanto, de plena consciência.

Para Gorender, deslocar do poder a classe dos latifundiários feudais, juntamente com a burguesia intermediária ligada ao imperialismo norte-americano (burguesia compradora ou capital comprador) e mais os testas-de-ferro e os entreguistas é tarefa de “uma etapa que pode ser tudo, menos revolucionária”.

Isso é ou não é desconhecer, menosprezar, aviltar o problema da revolução nacional? Então uma etapa que se propõe a fazer TODAS aquelas substituições no poder, TODAS aquelas mudanças na composição do Estado, “pode ser tudo menos revolucionária?”

O erro crasso do companheiro Gorender a respeito do que é e do que não é revolucionário leva-o, porém, muito mais longe. Leva-o a dizer que “para deter a penetração imperialista e retomar certas posições do imperialismo não é preciso consumir uma revolução, bastam certas alterações na correlação de forças”. E a acrescentar que “a prova é que, sem qualquer revolução, a penetração imperialista já foi detida em alguns setores, como o demonstra a conquista do monopólio estatal do petróleo, e certas posições foram retomadas ao imperialismo, como atestam a proibição da exportação de minerais atômicos e a encampação da filial da Bond and Share em Porto Alegre.”

Mas quem falou, Jacob Gorender, em deter a penetração imperialista em ALGUNS SETORES e em retomar ao imperialismo CERTAS POSIÇÕES? E não compreende Gorender que estas vitórias parciais são vitórias revolucionárias? Que elas representam de fato vitórias parciais do curso da revolução no Brasil?

O raciocínio correto é este: se se tem obtido vitórias parciais contra o imperialismo, por medidas parciais de conteúdo revolucionário, FALTA AINDA deter a penetração do imperialismo e retomar posições ao imperialismo em TODOS OS DEMIAS SETORES e isto é o que deve fazer a revolução brasileira em sua etapa nacional democrática, com um poder que afaste do Estado aquelas forças que estão impedindo a generalização das citadas vitórias parciais. Isto agora está claro para o companheiro Gorender?

A história está repleta de exemplos de revoluções nacionais que cumpriram tarefas semelhantes àquelas que correspondem a uma parte das tarefas da revolução nacional democrática no Brasil.

Mas tomemos o exemplo mais recente e mais próximo – o da revolução cubana. Em sua primeira etapa, a revolução cubana foi (estará sendo ainda?) uma revolução nacional democrática dirigida pela burguesia; e seus atos, mais profundos, devido às condições específicas que a determinaram, “limitaram-se” a deter, fazer estancar a marcha da penetração imperialista e a retomar posições do imperialismo, mas não parou aí (e não parou porque começou a cumprir tarefas de uma etapa mais avançada). Pode-

se dizer que a revolução cubana realizou DESDE O COMEÇO “uma etapa que podia ser tudo, menos revolucionária”?

Pois, companheiro Gorender, os revolucionários brasileiros realmente interessados na luta patriótica de emancipação nacional nada poderiam desejar de melhor que aqui pudessem já estar realizadas as tarefas que a revolução cubana realizou durante todo o período em que é, ou foi, uma revolução nacional dirigida pela burguesia.

Poderão dizer, porém, que a revolução cubana não foi nunca, nem no seu começo, uma revolução dirigida pela burguesia, mas pela pequena-burguesia? Participará desta opinião o companheiro Gorender?

Não se deixe ele influir por esta opinião, aa qual ouvi de um de seus companheiros mais próximo e que se declarou, a mim, de acordo com o seu artigo. E não se deixe influir por essa opinião porque ela é absolutamente errada, do ponto de vista do marxismo-leninismo.

Recordemos o que disse Lênin a esse respeito:

“a pequena burguesia não quer e *não pode* (grifado por Lênin) tomar sozinha o poder, como o provou a experiência de todas as revoluções, como o prova também a ciência econômica, a qual explica que em um país capitalista ou se pode ser pelo capital ou se pode ser pelo trabalho, mas se pode manter entre um e outro” (“*Os bolcheviques manter-se-ão no poder?*”, Lênin, 1 de outubro de 1917).

Lênin disse isso da Rússia czarista que ele considerava um país de pequenos burgueses.

A burguesia nacional já domina o Estado?

Outro erro crasso, cometido pelo companheiro Gorender, prende-se ao caráter atual do Estado brasileiro. Ele afirma, em seu artigo, que a burguesia nacional “já participa do poder político como um todo, como classe, embora deva compartilhar o poder, de modo contraditório, com os latifundiários (sobretudo aburguesados e a burguesia entreguista”). Que quer dizer isso? Quer dizer que se foram por água abaixo as nossas perspectivas de uma frente única com a burguesia nacional para a tomada do poder do Estado. Onde vamos buscar burguesias nacionais ou nacionalistas fora do poder do Estado para lutar contra o Estado, se neste é que se encontra já, como um todo, como classe, a burguesia nacional? Quer dizer também, o companheiro Gorender, que a revolução burguesa já chegou ao seu fim histórico, já “terminou”, segundo entendiam

essa expressão entre aspas tanto Lênin como Stalin. E admitir que a burguesia nacional está no poder num país semicolonial ou dependente, significa dizer ainda que não há mais nenhuma revolução nacional a realizar. Ou haverá algum exemplo na história em que a burguesia nacional chega ao poder sem realizar uma revolução nacional? Eu confesso minha total ignorância a respeito.

Não precisa acrescentar que nisso também o companheiro Gorender está frontalmente contrário à “Declaração” e as “Teses”. Num e noutro desses documentos está dito que “o Estado brasileiro atualmente representa os interesses dos latifundiários, dos setores de capitalistas ligados ao imperialismo, (...) particularmente ao norte-americano, e também da burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional”. Creio que se a idéia a exprimir fosse a de que a burguesia nacional já participa do Estado brasileiro, como classe, como um todo, não se teria porque usar outras palavras. No entanto, o que se lê naquele período, tanto na “Declaração” quanto nas “Teses” é uma descrição dos interesses representados no Estado e as camadas que se fazem representar estão dispostas na sua ordem de importância. Os dois documentos esclarecem que os interesses representados no Estado brasileiro são os de SETORES de capitalistas ligados ao imperialismo e os de SETORES (há ali uma elipse gramatical) também da burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional.

Nem na “Declaração” nem nas “Teses” há qualquer passagem onde se diga que a burguesia nacional tem participa do Estado, como um todo ou como classe. E não podia mesmo haver. Muito ao contrário, lemos na tese 17 o seguinte trecho:

“A aspiração da burguesia brasileira é, por isso, a de criar um Estado nacional independente em que ela seja a força dominante”.

Se criar um Estado nacional independente corresponde a uma ASPIRAÇÃO da burguesia brasileira, muito mais o deve ser da burguesia nacional. E a classe que aspira a ser força dominante num Estado não é uma classe que já participa deste Estado como classe, como um todo. Se assim o fosse, esta classe não compartilharia o poder com outras classes que a impedem de realizar tal aspiração.

O companheiro Gorender entrou nessa confusão precisamente porque ele mostrou ignorar o qualquer aprendiz de marxista deve saber, isto é, que a revolução burguesa “termina” quando a burguesia toma o poder e já está participando como classe, como um todo do Estado. Daí por diante pode haver transformações revolucionárias de caráter democrático, mas unicamente sob a direção do proletariado. Com a tomada do

poder do Estado pela burguesia nacional, como classe, como um todo, a burguesia nacional deixa de ser revolucionária. Nesse sentido é que a revolução burguesa terminará no Brasil quando o Estado estiver sob o domínio ou sob a hegemonia da burguesia nacional.

Que tem a ver esse fato com as longas citações feitas por Gorender das “Duas táticas” de Lênin sobre o papel dirigente do proletariado? Só Deus sabe.

Não é por essa porta que o companheiro Gorender pode escapar da contradição lógica em que se enredou. : de um lado apóia as “Teses” e a revolução antiimperialista e antifeudal dirigida contra o Estado onde predominam as classes pró-imperialistas e pró-feudais e há uma parte não predominante de setores da burguesia nacional; de outro lado, acha que a burguesia nacional já participa como classe, como um todo do poder do Estado, o que equivale a imaginar que a revolução não deve ser antiimperialista e antifeudal, mas fundamentalmente antiburguesa e anticapitalista.

Lênin e a revolução agrária não camponesa.

Mais um erro crasso é cometido pelo companheiro Jacob Gorender quando mostra ignorar completamente a tese leninista das duas formas históricas da revolução agrária – a revolução agrária camponesa e a revolução agrária não camponesa. Embora sabendo que Gorender não gosta de trechos isolados de Lênin que não sejam os citados pelo próprio Gorender, transcrevo o seguinte “trecho isolado” de Lênin:

“Toda a revolução camponesa, dirigida contra as reminiscências feudais – quando é capitalista o caráter de toda a economia social – é uma revolução burguesa. Mas nem toda revolução burguesa é uma revolução camponesa. Se em um país com uma agricultura organizada totalmente em bases capitalistas, os agricultores-capitalistas, com ajuda dos operários assalariados, levassem a cabo a revolução agrária, destruindo por exemplo a propriedade privada da terra, esta seria uma revolução burguesa, mas de nenhum modo uma revolução camponesa. Se em um país cujo regime agrário se tenha amalgamado já a tal ponto com a economia capitalista em geral, que seria impossível destruir este regime sem destruir o capitalismo, sobreviesse uma revolução que colocasse no poder, suponhamos, a burguesia industrial em lugar da burocracia absolutista, esta seria uma revolução burguesa, mas de nenhum modo uma revolução camponesa. Em outras palavras: é possível um país burguês sem camponeses e, em semelhante país, é possível uma revolução burguesa sem os camponeses. É possível uma revolução burguesa num país de considerável população camponesa e que, não obstante, essa revolução não seja camponesa, isto é, seja tal que não revolucione as relações agrárias que afetam em especial os

camponeses e não destaque estes entre as forças sociais, sequer as ativas, executoras da revolução.” (O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa. Ed. Em línguas estrangeiras, 1949, pág. 165-166).

Não pretendo convencer Gorender da validade destes conceitos de Lênin e não vem ao caso discutir qual dos tipos de revolução citados podem ser aplicados ou não ser aplicados no Brasil. O que eu espero que Gorender compreenda, para não mais errar crassamente neste assunto, é que o fato de não ser camponesa uma reforma agrária não lhe tira o conteúdo revolucionário, e que há revoluções agrárias em qualquer parte do mundo ou em qualquer época da história que não sejam camponesas.

No Brasil, país de campesinato recente, de movimento camponês atrasado, podemos apoiar uma revolução agrária ou uma reforma agrária revolucionária, como preferirem, que, como diz Lênin, “não revolucione as relações agrárias que afetam em especial os camponeses e não destaque estes entre as forças sociais executoras da revolução”, em sua primeira etapa. Assim, em seu início, a revolução agrária ou a reforma agrária revolucionária, no Brasil, sem perder seu caráter revolucionário, pode revolucionar várias relações agrárias que afetam os camponeses, mas não os afetam “em especial”, tais como a destruição de muitos vestígios medievais, feudais, escravistas.

Com esta opinião não me afasto das “Teses” que dizem que é “necessário atribuir uma atenção primordial aos assalariados e semi-assalariados agrícolas”, a fim de impulsionar a organização das massas do campo, (ver meu artigo *As três formas da luta de classe no campo brasileiro*, onde desenvolvo esta opinião). Enquanto, como está nas “Teses”, a reforma agrária não se transformar em bandeira dos próprios camponeses, é possível “revolucionar” certas relações agrárias mediante uma reforma que não é, fundamentalmente, uma reforma agrária camponesa. E, à medida que os camponeses forem levados a participar do movimento agrário, conduzidos pelo proletariado e em aliança com este, a reforma agrária ainda não camponesa se transformará numa reforma agrária camponesa, o que acontecerá na segunda etapa da revolução antiimperialista e antifeudal. Mas Jacob Gorender, no seu artigo, não toca, senão na medida do seu desinteresse, na parte de meu artigo em que me refiro à segunda etapa da revolução, apesar de eu ter dito e repetido, no meu citado artigo, que uma etapa estava, e não poderia deixar de estar, entrelaçada INSEPARAVELMENTE com a outra. Gorender precisou fazer esta mutilação no meu pensamento, precisou separar o inseparável, a fim de encontrar motivos imaginários para me assacar toda a sorte de caluniosos apelidos.

Gorender repete Grabois

Na parte final de seu artigo, o companheiro Jacob Gorender, como que pretendendo dar piedosamente minha extrema-unção, apenas consegue mostrar o que até ali tinha mantido às ocultas e se revela o que de fato é: um esquerdista embuçado. Em duas ou três frases repete e endossa, quase palavra por palavra, as posições de Maurício Grabois.

Grabois acusa as “Teses” de embelezar o capitalismo. Gorender me acusa de purificar e aperfeiçoar o capitalismo, de louvar a hegemonia da burguesia. Grabois diz que “se deve exigir (...) que o governo mude sua política e demita os ministros e outros colaboradores categorizados diretamente comprometidos na capitulação ao imperialismo norte-americano (...) mas isto com o objetivo de mobilizar, esclarecer e educar as massas, desmascarar os entreguistas e não para transformar o atual governo em governo de coligação nacionalista e democrática”. Gorender diz que “a luta por um governo nacionalista e democrático passa a ser entendida (por mim, APG) como luta pela ditadura da burguesia e não como meio para alterar a correlação de forças em favor de uma revolução conseqüente”.

Comparemos: Grabois fica apenas no limite da demissão de ministros e não quer mudar o governo de coligação nacional democrática; Gorender contenta-se apenas em alterar a correlação de forças em favor de uma revolução conseqüente e não aceita a idéia que espousei de que deve haver, na primeira etapa, mudanças de classes no poder.

Gorender se toma de ferina indignação e me acusa de direitista e oportunista de direita porque eu afirmo haver na primeira etapa da revolução brasileira a POSSIBILIDADE REAL de serem desalojadas do poder as mais caducas forças do colonialismo e do pré-capitalismo, isto é, toda a classe dos latifundiários feudais e ultra-reacionários, juntamente com os agentes entreguistas e testas-de-ferro do imperialismo norte-americano.

Que faria Gorender se viesse a saber que as “Teses” propõem nas fases iniciais da revolução antiimperialista e antifeudal (fases que eu consideraria correspondentes à primeira etapa) a formação de um ou sucessivos governos de caráter burguês, nos quadros do regime vigente, com tarefas aproximadas daquelas que eu propus para a primeira etapa da revolução? Dirão que Jacob Gorender sabe disso. Tanto pior para ele.

Mas me respondam os que me lerem: se Gorender se enfurece contra o “direitismo” de mudar as classes no poder, conforme propus, na primeira etapa da revolução, como pode estar tranquilamente a favor do “direitismo” de mudar apenas a correlação de forças, como ele mesmo propõe?

Esclareço, de uma vez por todas, que a diferença existente entre a minha apresentação do problema e a apresentação do mesmo problema nas “Teses” é uma questão menos de conteúdo do que de forma. Enquanto as “Teses” consideram as mudanças a realizar-se como mudanças nos governos, eu considero estas mudanças como mudanças na composição do Estado. Enquanto as “Teses” consideram essas mudanças como graduais, como fases de uma mesma etapa, eu considero essas mudanças como mudanças mais radicais, como mudanças qualitativas e, portanto, constantes de duas etapas, em vez de uma.

Acho eu que a minha proposição de delimitar as etapas, de fixar os objetivos e as tarefas, nos termos em que fiz, botando os pontos nos ii e dando nomes aos bois, contribuirá para dar às “Teses” mais coerência com o seu conteúdo revolucionário e com o sentido geral de sua análise justa da situação concreta brasileira. E vou mais longe: acho que às “Teses” falta justamente isso – distinguir e ordenar, desembaraçar e definir os objetivos e tarefas que têm de ser realizados, na ordem cronológica ou histórica, isto é, os que terão de ser realizados proximamente e os que terão de ser realizados menos proximamente. Só assim se terá clareza sobre as linhas divisórias, os “instantes estratégicos” em que se modificará a composição do poder, e sobre que classes deverão ser desalojadas do poder e que classes entrarão no poder.

Em caráter de adendo – Não reconheci em seu artigo o Jacob Gorender escrupuloso nas críticas, inteligente e justo nas interpretações, o qual sempre mereceu de mim toda estima, admiração e respeito.